



**UNIVERSIDADE RAINHA NJINGA A MBANDE
REITORIA**

**CADERNO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE SAÚDE
PARA OS FUNCIONÁRIOS EFECTIVOS DA UNIVERSIDADE RAINHA NJINGA A
MBANDE**

CONCURSO LIMITADO POR CONVITE

PROCEDIMENTO N.º 05/2024

Malanje, Março de 2024

TÍTULO I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a – Definições

Nos documentos do procedimento e do Contrato, as palavras e expressões seguintes têm o significado que neste parágrafo se lhes atribui, salvo quando o contexto impuser diferente raciocínio, entende-se por:

- a) «Entidade Pública Contratante (EPC)», entende-se a Reitoria da Universidade Rainha Njinga a Mbande;
- b) «Prestador de Serviço», a sociedade ou o comerciante a quem a EPC adjudica a proposta de aquisição de serviço;
- c) «Contrato», o acordo assinado pela EPC e o Fornecedor onde se estipulam as condições e deveres entre ambos.

Cláusula 2.^a – Objecto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar, na sequência de aquisição de serviços de seguro de saúde para os funcionários efectivos da Universidade Rainha Njinga a Mbande, capaz de garantir a assistência médica elementar dos mesmos, sem extensão aos dependentes e abrange a transferência, para o prestador de serviços, dos riscos identificados nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos;
2. A utilização de todo o equipamento, meios e material necessário para o serviço será da inteira responsabilidade do Prestador de Serviços, sendo que todos os serviços relacionados com o mesmo deverão ser assumidos por este.
3. O objecto do contrato referido no presente caderno de encargos abrange todos os serviços e demais intervenções que estão indicados e detalhados nomeadamente nos termos das especificações técnicas anexas a este documento e na proposta comercial e que representa o conjunto de actividades necessárias para a integral execução dos serviços.

Cláusula 3.^a – Natureza do Serviço a contratar

É desejo da contratante que o serviço a contratar tenha cobertura para hospitalização, assistência médica ambulatoria, assistência ao parto, assistência a viagem. No entanto, estará aberta para negociar as propostas dentro dos tectos disponíveis para o efeito.



Cláusula 3.^a– Contrato e Prevalência

1. A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) A Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro (Lei dos Contratos Públicos, doravante “LCP”);
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 51.º da Lei dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto desta mesma Lei;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d) O caderno de encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços;
 - g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 4.^a–Prazo de prestação de serviços

1. O contrato vigorará pelo período de doze (12) meses, a contar da data da sua outorga, podendo ser denunciado por qualquer uma das partes, no final da execução de cada anuidade, desde que a intenção de denúncia seja comunicada, à outra parte, com antecedência mínima de 120 dias, em relação à data de início da anuidade subsequente, por carta registada com aviso de recepção.
2. A denúncia ou cessação do contrato, não prejudica o cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

CAPÍTULO II

Cláusula 5.^a– Obrigações da Entidade Pública Contratante

1. Pela adequada realização dos serviços, objecto do Contrato, a Entidade Pública Contratante deve pagar ao prestador de serviços o preço estabelecido no Contrato a celebrar.
2. O pagamento deve ser feito na moeda legal em curso na República de Angola.



3. Em caso de discordância por parte da Entidade Pública Contratante, quanto aos valores indicados na factura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e aceites pela Entidade Pública Contratante, as facturas devem ser pagas nos termos e prazos legalmente estabelecidos.
5. A Entidade Pública contratante deve igualmente:
 - a) Criar as condições necessárias para que o prestador de serviços tenha acesso a todas as informações necessárias à prestação dos serviços com a qualidade necessária.
 - b) Designar um representante técnico antes do início dos serviços que deve funcionar como elemento de contacto.

Cláusula 6.^a– Obrigações do Prestador de Serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de prestar os serviços identificados no presente Caderno de Encargos;
 - b) Designar um responsável ou representante técnico, antes do início dos serviços, que deverá actuar como elemento de contacto e representante do prestador de serviços, com poderes para negociar sobre aspectos comerciais, tais como extensões de projectos, pedidos de alterações ou grandes ajustes do plano ou do projecto;
2. No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efectuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com a Entidade adjudicante, com excepção do indicado nos itens seguintes:
 - a) Só são permitidas alterações às taxas das apólices se estas resultarem de disposição legal, de norma da autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, nestes casos, com consentimento da Entidade adjudicante;
 - b) Apenas se aceitará a actualização dos prémios, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras.



CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 7.^a—Representação da Entidade Adjudicante

Durante a execução do contrato, a Universidade Rainha Njinga a Mbande (URNM) é representada pelo Reitor, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

Cláusula 8.^a— Local da Prestação dos Serviços)

1. Os serviços objecto do presente procedimento devem ser prestados nas diferentes instituições hospitalares, nas quais o Prestador de serviços vai indicar.
2. Em caso de se verificar mal prestação dos serviços, a Entidade Pública Contratante pode, na vigência do contrato, solicitar ao Prestador de serviços a indicação de outras instituições hospitalares, com carácter temporário ou permanente, sem quaisquer alterações no preço.

Cláusula 9.^a—Idioma da Prestação dos Serviços

1. Os serviços devem ser prestados em português, devendo todos os recursos afectos à prestação dos serviços e que interajam directamente com a Entidade Pública Contratante ter o domínio da Língua Portuguesa, oral e escrita.
2. A documentação a fornecer deve ser redigida em português, apenas podendo ser redigida noutra língua quando a Entidade Pública Contratante assim o requeira ou consinta.

CAPÍTULO IV

CLÁUSULAS TÉCNICAS E FINANCEIRAS

Cláusula 10.^a—Preço Base

Para a prestação de serviços a que respeita o presente caderno de encargos a Entidade Pública Contratante prevê um valor anual estimado em Akz: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de kwanzas).

Cláusula 11.^a—Equipa Técnica)

A equipa técnica disponibilizada pelo Prestador de serviços para a execução do contrato deve ter os recursos necessários e adequados ao cabal e perfeito cumprimento das obrigações, em conformidade com o disposto nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.



Cláusula 12.^a– Gestão do Pessoal

1. Durante todo o período de vigência do contrato o Prestador de serviços é responsável pelo recrutamento, remuneração, formação e gestão de todo o pessoal necessário à eficaz prestação dos serviços, em qualquer dia do ano.
2. Durante todo o período de vigência do contrato, o Prestador de serviços é responsável perante a Entidade Pública Contratante e perante terceiros, pelos actos de todo o pessoal que utilizar na execução do contrato e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das actividades compreendidas na prestação dos serviços.
3. A responsabilidade pela correcta execução do contrato é exclusiva do Prestador de serviços, ainda que este recorra a terceiros para a referida execução.

Cláusula 13.^a–Cabimentação Orçamental

1. Nos termos da legislação sobre a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), o valor global da presente aquisição dos serviços será garantido pela verba inscrita no OGE de 2024, conforme o seguinte detalhe:
 - a) Unidade Orçamental: Universidade Rainha Njinga a Mbande;
 - b) Função: Ensino Superior de Graduação;
 - c) Programa: Acções Correntes;
 - d) Projecto ou Actividade: Prestação de Serviços de Ensino Superior;
 - e) Fonte de Recursos: Recursos Ordinários do Tesouro;
 - f) Natureza: Serviços de Seguro

Cláusula 14.^a–Sigilo

1. O Prestador de serviços assume a obrigação de que a informação e documentação, seja qual for o seu suporte, não será transmitida a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do Contrato.
2. Obriga-se, igualmente, a proteger a informação confidencial de modo adequado ou de acordo com os *standards* profissionais aplicáveis, e a não utilizar em circunstância alguma, os dados e informações fornecidos pela Entidade Pública Contratante, para quaisquer outros fins que não os inerentes ao desenvolvimento e execução do Contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.



CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 15.^a–Fiscalização

1. Sem prejuízo das tarefas cometidas ao representante da Entidade Pública Contratante, esta pode designar uma pessoa, singular ou colectiva, com qualificações técnicas suficientes, para fiscalizar os serviços a realizar pelo Prestador de serviços, de acordo com o estipulado no presente caderno de encargos.
2. A Entidade Pública Contratante deve informar ao Prestador de serviços, por escrito, sobre a autoridade, responsabilidade, procedimentos de trabalhos e âmbito da supervisão do Fiscal em causa.
3. O custo da fiscalização não se vai incluir no valor total do Contrato e deve ser suportado pela Entidade Pública Contratante.

CAPÍTULO VI PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 16.^a–Atrasos e Penalidades

1. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do Prestador de serviços, a Entidade Pública Contratante pode exigir o pagamento de uma indemnização.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Pública Contratante deve ter em conta a duração da infracção, a sua reiteração, o grau de culpa do Prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. As sanções previstas na presente Cláusula não obstam a que a Entidade Pública Contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 17.^o–Revogação

A todo o tempo da vigência do contrato, poderão as partes acordar a sua revogação.

Cláusula 18.^a–Resolução por parte da Entidade Pública Contratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Entidade Pública Contratante pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso do Prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, nos seguintes casos:
 - a) Pelo atraso na prestação dos serviços superior a um mês ou declaração escrita do Prestador de serviços de que o atraso respectivo excederá esse prazo;
 - b) O incumprimento total ou parcial do contrato por parte do Prestador de serviços;



- c) A falência do Prestador ou providência cautelar ou diligência em ação executiva que incida sobre bens e equipamentos que impeçam a normal prossecução da prestação dos serviços;
 - d) A dissolução e liquidação do Prestador de serviços.
2. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela Entidade Pública Contratante.

Cláusula 19.ª – Resolução por parte do Prestador de Serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida a título de multas exceda 60 % do preço contratual, excluindo juros;
 - b) O incumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Entidade Pública Contratante no contrato, que coloque em causa a sua manutenção.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Pública Contratante, que produz efeitos 10 dias após a receção da declaração, salvo se a Entidade Pública Contratante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o direito de rescisão apenas é possível quando a rescisão não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do Contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, neste último caso, serem devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de serviços.

Artigo 20.º – Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações contratuais assumidas.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. Podem constituir força maior se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. Não constituem força maior, designadamente:

Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

5. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

6. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

7. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

8. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

9. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

10. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

11. A força maior ou a ocorrência de casos fortuitos determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento daquelas resultantes.

CAPÍTULO VII RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 21.ª –Resolução Extrajudicial

1. As Partes declaram estar de boa-fé e que não-de envidar todos os esforços e utilizar todos os meios ao seu alcance, com vista a assegurar a prossecução dos objectivos previstos no contrato, privilegiando sempre a solução de quaisquer divergências, dúvidas ou omissões, pelo recurso à colaboração e à conciliação.
2. As Partes regulam as suas relações, em tudo quanto se refira o contrato e ao seu objecto, pelos princípios da equidade e da boa-fé e não-de procurar conciliar sempre os seus interesses particulares com o espírito de mútua colaboração e amigável compreensão.
3. Em caso de conflito quanto a questões relativas à interpretação, aplicação ou integração do contrato, ou com a sua validade e eficácia, ou de qualquer uma das suas cláusulas, as Partes obrigam-se, em primeiro lugar, tentar chegar a um acordo conciliatório, no prazo de trinta (30)

dias a contar da data da notificação, a efectuar por qualquer das Partes, para o início do processo do acordo conciliatório.

4. Caso o conflito não seja resolvido nos termos do número anterior, qualquer das Partes pode submeter a questão à jurisdição dos tribunais competentes, nos termos da cláusula seguinte.

Cláusula 22.^a–Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulado a competência do tribunal Provincial de Malanje, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.^a– Cessão da Posição Contratual

1. O Prestador de serviços não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da Entidade Pública Contratante, sob pena de rescisão do Contrato.
2. O Prestador de serviços não pode, sem prévia autorização da Entidade Pública Contratante, subcontratar empresas para prestar os serviços a que está obrigado contratualmente.

Cláusula 24.^a–Subcontratação)

Deve o Prestador de serviços, sempre que possível, subcontratar as Micro, Pequenas e Médias Empresas, tendo em atenção, a especificidade do serviço a prestar bem como o objecto comercial da contratação em causa.

Cláusula 25.^a– Outros Encargos

Todas as despesas derivadas da prestação da caução, licenças, taxas e impostos são da responsabilidade do Prestador de Serviços.

Cláusula 26.^a–Modificações

1. As modificações ao contrato podem ser iniciadas, tanto pela Entidade Pública Contratante como pelo Prestador de serviços, em qualquer momento anterior à execução final do contrato.
2. Caso a Entidade Pública Contratante ou o Prestador de serviços queiram fazer alguma modificação ao contrato, terão de fazê-lo mediante acordo escrito, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 27.^a–Alteração de Circunstâncias

1. A publicação de novas leis ou regulamentos, bem como a aprovação de quaisquer medidas administrativas que violem os direitos, intensifiquem as obrigações ou diminuam as garantias legais ou contratuais das Partes e que possam causar prejuízos ou afectar o equilíbrio económico



e financeiro do contrato e/ou os pressupostos que conduziram à sua celebração, devem ser considerados, para efeitos do disposto no Código Civil, como alteração das circunstâncias que levaram as Partes a celebrar o contrato.

2. Na eventualidade da ocorrência de alguma circunstância prevista no número anterior, as Partes devem, por via de acordo, rever o contrato, a fim de restabelecer o seu equilíbrio com base na salvaguarda dos interesses de ambas.

Cláusula 28.^a– Comunicações e Notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre a Reitoria da Universidade Rainha Njinga a Mbande e o Prestador de serviço devem ser efectuadas através de carta protocolada ou, registada, bem como por correio electrónico com aviso de recepção.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de recepção.
3. Qualquer alteração das informações de contacto de cada parte, incluindo a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra parte, nos termos do número 1 da presente cláusula.

Cláusula 29.^a– Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos, contam-se em dias úteis, suspendendo-se aos Sábados, Domingos e dias feriados.

Cláusula 30.^a– Legislação Aplicável

1. O Contrato é regulado pelas cláusulas constantes do contrato, do presente caderno de encargo, assim como pela Lei Angolana, nomeadamente, a Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro – Lei dos Contratos Públicos.
2. O prestador de serviços deve observar, em todas as suas disposições imperativas e nas demais, o disposto no contrato, no presente caderno de encargo e no diploma legal referido no número anterior, ficando igualmente obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor na República de Angola e que se relacionem com o Contrato.

Cláusula 31.^a–Data de Entrada em Vigor

1. O Contrato entra em vigor quando forem cumpridos os seguintes pressupostos:
 - a) Assinatura do Contrato pelas Partes;
 - b) Aprovação do Contrato pelos órgãos competentes “para autorização da despesa”;

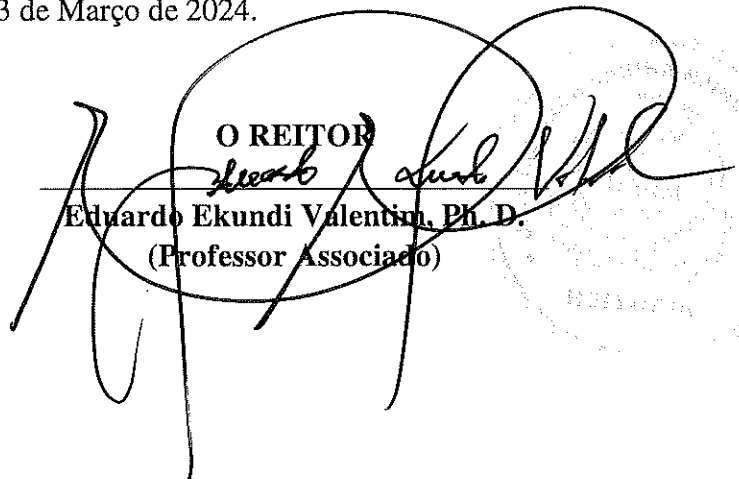


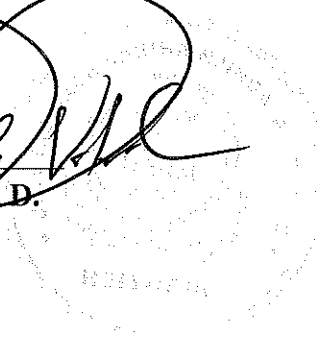
2. A data do cumprimento da obrigação realizada em último lugar é a da entrada em vigor do contrato, devendo as partes confirmar a data de entrada em vigor do contrato por escrito.

TODO MAIS OMISSO DEVERÁ SER ESCLARECIDO COM O CONTRATANTE EM TEMPO COMPACTIVEL COM O PROGRAMA PROPOSTO PELO PRESTADOR.

Sendo tudo que nos apraz remeter de momento, reiteramos os nossos melhores cumprimentos.

GABINETE DE APOIO À REITORIA DA UNIVERSIDADE RAINHA NJINGA A MBANDE, em Malanje, 13 de Março de 2024.

O REITOR

Eduardo Ekundi Valentim, Ph. D.
(Professor Associado)



Anexo: Especificações técnicas de aquisição de serviços de seguro de saúde para os funcionários da Universidade Rainha Njinga a Mbande:

1. Enquadramento

A Direcção da Universidade Rainha Njinga a Mbande (URNM) tem sido desafiada de modo recorrente com situações de doença de seus funcionários, mas que infelizmente por limitações de ordem financeira, tem sido impotente em dar resposta, criando mesmo uma sensação de abandono e desatenção por parte dos funcionários. Na mesma senda, já teve ocorrência de óbito de funcionários, tendo sido necessário contar com a solidariedade entre colegas para conseguir dar alguma assistência ao óbito. Não obstante as contingências financeiras, ciente de que o seguro saúde é um tipo de benefício que oferece amparo às demandas de saúde dos colaboradores quando necessitarem de atendimento, a URNM pretende obter propostas de pacotes de seguros compatíveis com os tectos orçamentais disponíveis.

2. Objectivo

Adquirir um serviço de seguro de saúde para os seus funcionários efectivos capaz de garantir a assistência médica elementar dos mesmos, sem extensão aos dependentes.

3. Natureza do Serviço a contratar

É desejo da contratante que o serviço a contratar tenha cobertura para hospitalização, assistência médica ambulatoria, assistência ao parto, assistência a viagem. No entanto, estará aberta para negociar as propostas dentro dos tectos disponíveis para o efeito.

4. Informação Complementar

A lista com as idades e sexo dos funcionários da URNM é parte integrante deste documento.



**MAPA DAS IDADES DOS FUNCIONÁRIOS EFECTIVOS DA
URNM/2024**

N.º	Sexo	Data de Nascimento	Idade
1	Masculino	30.04.1985	39
2	Masculino	31.03.1991	33
3	Masculino	07.12.1988	36
4	Femenino	09.11.1973	51
5	Masculino	24.12.1990	34
6	Masculino	01.01.1995	29
7	Masculino	25.12.1984	40
8	Masculino	11.04.1988	36
9	Femenino	28.10.1987	37
10	Masculino	05.11.1991	33
11	Masculino	03.01.1964	60
12	Masculino	27.11.1975	49
13	Femenino	09.12.1969	55
14	Femenino	04.01.1978	46
15	Feminino	13.06.1977	47
16	Masculino	12.05.1992	32
17	Masculino	12.05.1988	36
18	Masculino	10.02.1996	28
19	Masculino	15.07.1969	55
20	Feminino	04.02.1988	36
21	Masculino	01.02.1994	30
22	Masculino	22.08.1990	34

23	Masculino	08.11.1978	46
24	Masculino	14.08.1994	30
25	Maculino	26.06.1977	47
26	Masculino	13.08.1986	38
27	Masculino	06.04.1988	36
28	Feminino	24.03.1988	36
29	Feminino	28.10.1992	32
30	Maculino	10.10.1995	29
31	Masculino	13.01.1990	34
32	Masculino	25.12.1984	40
33	Feminino	27.07.1989	35
34	Masculino	27.09.1993	31
35	Feminino	16.06.1992	32
36	Masculino	18.11.1986	38
37	Feminino	20.04.1985	39
38	Feminino	03.05.1989	35
39	Feminino	24.07.1983	41
40	Femenino	04.11.1974	50
41	Masculino	22.12.1983	41
42	Femenino	07.08.1975	49
43	Masculino	12.06.1989	35
44	Feminino	15.10.1994	30
45	Masculino	07.07.1990	34
46	Masculino	14.04.1990	34
47	Masculino	06.08.1985	39
48	Masculino	18.02.1987	37
49	Masculino	27.10.1979	45
50	Masculino	09.02.1992	32

51	Feminino	27.12.1974	50
52	Feminino	28.03.1986	38
53	Masculino	14.12.1988	36
54	Masculino	13.11.1994	30
55	Femenino	02.03.1972	52
56	Femenino	25.03.1985	39
57	Feminino	11.06.1994	30
58	Feminino	01.06.1984	40
59	Masculino	10.06.1967	57
60	Masculino	26.04.1989	35
61	Masculino	15.09.1990	34
62	Masculino	20.06.1988	36
63	Masculino	17.07.1993	31
64	Masculino	15.01.1976	48
65	Feminino	06.02.1989	35
66	Maculino	01.01.1975	49
67	Maculino	10.12.1979	45
68	Masculino	29.11.1980	44
69	Masculino	11.03.1986	38
70	Feminino	05.02.1978	46
71	Masculino	05.08.1978	46
72	Feminino	09.06.1995	29
73	Masculino	09.04.1981	43
74	Feminino	09.09.1983	41
75	Masculino	15.01.1988	36
76	Feminino	30.09.1985	39
77	Masculino	14.02.1984	40
78	Masculino	05.06.1990	34

79	Feminino	03.06.1987	37
80	Maculino	25.07.1964	60
81	Masculino	18.06.1992	32
82	Masculino	07.02.1972	52
83	Masculino	18.03.1990	34
84	Masculino	02.11.1974	50
85	Feminino	27.09.1970	54
86	Feminino	20.05.1986	38
87	Masculino	02.11.1982	42
88	Masculino	03.07.1992	32
89	Masculino	04.07.1982	42
90	Masculino	22.04.1993	31
91	Masculino	01.09.1989	35
92	Masculino	15.08.1978	46
93	Masculino	26.07.1983	41
94	Masculino	24.03.1985	39
95	Masculino	31.12.1984	40
96	Masculino	28.08.1990	34
97	Masculino	29.03.1990	34
98	Masculino	05.09.1996	28
99	Masculino	09.11.1987	37
100	Masculino	25.04.1980	44
101	Masculino	24.09.1962	62
102	Masculino	13.07.1985	39
103	Feminino	22.07.1981	43
104	Masculino	16.03.1986	38
105	Masculino	20.12.1985	39
106	Masculino	19.06.1985	39

107	Maculino	08.01.1987	37
108	Masculino	24.04.1988	36
109	Masculino	07.02.1996	28
110	Masculino	18.10.1989	35
111	Feminino	14.08.1994	30
112	Feminino	16.03.1992	32
113	Masculino	19.07.1995	29
114	Masculino	04.09.1986	38
115	Femenino	07.06.1979	45
116	Femenino	26.12.1982	42
117	Feminino	03.01.1987	37
118	Masculino	24.05.1985	39
119	Masculino	07.04.1992	32
120	Masculino	04.03.1992	32
121	Feminino	14.12.1978	46
122	Masculino	02.09.1987	37
123	Masculino	02.06.1986	38
124	Feminino	17.09.1984	40
125	Masculino	22.01.1991	33
126	Masculino	03.01.1988	36
127	Masculino	17.11.1990	34
128	Feminino	15.05.1987	37
129	Masculino	02.01.1994	30
130	Masculino	30.04.1988	36
131	Feminino	07.05.1982	42
132	Feminino	20.12.1980	44
133	Feminino	31.08.1985	39
134	Masculino	27.09.1989	35

135	Masculino	16.08.1991	33
136	Masculino	09.12.1992	32
137	Masculino	30.01.1992	32
138	Masculino	20.05.1965	59
139	Feminino	22.03.1992	32
140	Maculino	05.06.1962	62
141	Feminino	09.11.1986	38
142	Feminino	02.02.1994	30
143	Feminino	15.03.1991	33
144	Masculino	03.05.1984	40
145	Masculino	07.05.1992	32
146	Femenino	26.11.1993	31
147	Feminino	07.04.1970	54
148	Feminino	07.02.1963	61
149	Feminino	14.10.1988	36
150	Masculino	13.06.1989	35
151	Masculino	05.12.1983	41
152	Masculino	18.03.1976	48
153	Maculino	07.02.1971	53
154	Feminino	01.01.1990	34
155	Femenino	23.07.1993	31
156	Feminino	15.10.1990	34
157	Feminino	19.05.1994	30
158	Feminino	26.02.1989	35
159	Femenino	10.12.1992	32
160	Feminino	07.09.1965	59
161	Feminino	11.11.1988	36
162	Masculino	07.11.1973	51

163	Feminino	01.11.1989	41
164	Feminino	09.09.1987	37
165	Masculino	07.06.1986	38
166	Feminino	26.06.1992	32
167	Maculino	03.05.1968	56
168	Masculino	28.04.1984	40
169	Maculino	18.01.1988	36
170	Masculino	28.07.1976	48
171	Masculino	10.09.1990	34
172	Maculino	18/11/1987	37
173	Maculino	08.05.1972	52
174	Masculino	17.11.1990	34
175	Masculino	15.11.1985	39
176	Feminino	05.11.1988	36
177	Feminino	05.05.1982	42
178	Masculino	11.11.1992	32
179	Masculino	23.04.1982	42
180	Masculino	27.09.1988	36
181	Masculino	28.12.1989	35
182	Masculino	30.06.1973	51
183	Feminino	03.03.1982	42
184	Feminino	05.09.1986	38
185	Masculino	23.11.1991	33
186	Feminino	18.03.1989	35
187	Femenino	03.03.1987	37
188	Masculino	02.09.1991	33
189	Masculino	20.11.1991	33
190	Masculino	03.09.1970	54

191	Masculino	18.04.1997	27
192	Masculino	23.02.1987	37
193	Masculino	13.10.1987	37
194	Masculino	24.12.1976	48
195	Masculino	02.10.1992	32
196	Femenino	18.08.1970	54
197	Femenino	12.06.1978	46
198	Masculino	31.07.1991	33
199	Masculino	15.04.1979	45
200	Feminino	09.06.1997	27
201	Feminino	27.11.1988	36
202	Masculino	19.09.1991	33
203	Feminino	26.08.1993	31
204	Masculino	28.04.1990	34
205	Feminino	23.09.1988	36
206	Masculino	08.03.1989	35
207	Masculino	13.07.1968	56
208	Feminino	16.09.1993	31
209	Masculino	23.10.1991	33
210	Masculino	04.01.1989	35
211	Masculino	20.04.1991	33
212	Feminino	16.10.1993	31
213	Feminino	30.05.1964	60
214	Feminino	10.06.1992	32
215	Feminino	23.03.1991	33
216	Femenino	19.06.1976	48
217	Feminino	29.05.1990	34
218	Masculino	14.08.1975	49

219	Feminino	04.06.1984	40
220	Maculino	14.03.1988	36
221	Masculino	10.06.1988	36
222	Masculino	30.01.1987	37
223	Feminino	24.06.1990	34
224	Masculino	23.05.1993	31

OBS.: O cálculo da idade foi feito com base no ano de nascimento e o actual.

Distribuição Por Sexo	
URNM	
M	142
F	82
Total Geral	224